



IX SEMINÁRIO NACIONAL E III INTERNACIONAL
ESTADO, EDUCAÇÃO, CLASSES SOCIAIS E
MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE
23 A 28 DE NOVEMBRO DE 2024
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ - BRASIL



Representatividade Trans na Escola Abraão Baquit: Resistência no Espaço Escolar

Danilo Cícero Rodrigues de Lima¹

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar a representatividade e a trajetória de alunos e alunas trans, na Escola Abraão Baquit, a partir das suas narrativas construídas no espaço escolar. Trata-se de pesquisa qualitativa, construída com recortes de histórias de vida, na Educação Básica, em escolas públicas. A pesquisa realizada se deu a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado, sendo analisada por meio de estudos de gênero e educação.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade Trans; Resistência; Espaço Escolar.

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa busca conscientizar a comunidade escolar da EEM Abraão Baquit e proporcionar o enriquecimento intelectual sobre os temas voltados para diversidade, gênero, população LGBTQIAP+, discriminação social e o respeito às diferenças, temas esses que estão em conformidade aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Nesse sentido, busca-se a difusão de valores fundamentais ao interesse social e aos direitos e deveres dos cidadãos, indicativos da ordem democrática.

JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO

¹ Mestre em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará,
daniciceroas@gmail.com

A escola é um espaço social na qual se reflete uma dinâmica societária, nesse aspecto, através da sua diversidade e identidades sociais, que nem sempre se apresentam de maneira harmônica na sociedade e no espaço escolar, especialmente grupos considerados subalternos pela sociedade. Nesse sentido, alunos e alunas trans carregam em si marcas da subversão em seus corpos e sofrem os desdobramentos dos discursos transfóbicos no espaço escolar. Diante disso, e com o olhar atento à construção de uma educação voltada para compreensão e aplicação dos Direitos Humanos e Sociais, sentimo-nos instigados a estudar e buscar entender um pouco mais sobre a permanência de alunos e alunas no contexto escolar da EEM Abraão Baquit. Portanto, cabe-nos questionar: A escola é um espaço que garante o direito a educação a alunos e alunas trans? Quais as dificuldades de permanência no espaço escolar? Quais narrativas de transfobia na escola?

OBJETIVO GERAL

Conhecer e analisar a trajetórias de alunos e alunas trans e as suas implicações nas escolas públicas de Educação Básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer as narrativas de alunos trans e os seus desafios para a manutenção do vínculo escolar;
- Tornar visível a causa dos alunos e alunas trans e as suas narrativas como forma de validação de sua existência e perspectivas de mudanças positivas;
- Conscientizar a comunidade escolar sobre o tema e a garantia de direitos, bem como o viés da cidadania assegurado aos alunos e alunas trans.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os debates sobre sexualidade e gênero possuem visibilidade política, a partir de meados dos anos 2000, ao passo que as ações governamentais começaram a implantar políticas públicas para promoverem a equidade e respeito às identidades de gênero. Nesse sentido, essas ações contribuíram

para o processo de mudança na sociedade e articulação dos movimentos sociais voltados à comunidade LGBTQIAP+ para o reconhecimento e pela garantia de direitos.

A partir dos anos 2000, especialmente com a ascensão do governo Lula em 2003, o movimento LGBT incorporou em sua agenda a luta pela criminalização da homofobia, ao lado de outras reivindicações, algumas delas direcionadas a públicos específicos: travestis e homens e mulheres trans, por exemplo, que ansiavam pelo reconhecimento e direito ao uso do nome social. (SOUZA, 2016, p. 145).

Conforme Sousa (2016), no campo da educação, a reivindicação é pela inclusão da temática sobre gênero e diversidade sexual nos currículos escolares, que é de extrema importância para promover um currículo escolar voltado à inclusão de pautas que contemplem os direitos das minorias sociais.

Nesse aspecto, é possível encontrar ainda resistência no campo educacional, pois, apesar de terem sido aprovados diversos documentos e diretrizes, dentre eles o Plano Nacional de Políticas para a Mulheres (2004), o Programa Brasil sem Homofobia (2004) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), que condicionam o debate sobre gênero e sexualidade, é possível constatar que o tema ainda é tratado de forma precária e sem sua verdadeira importância no espaço escolar.

Com a elaboração do Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, é possível constatar uma articulação voltada para a garantia da cidadania das pessoas LGBTQIAP+, no espaço das políticas públicas, principalmente com princípios que irão nortear o combate à violência e à discriminação

A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (CNCD, 2004, p. 12-13).

Portanto, com base nos princípios balizadores de uma sociedade justa e democrática, percebeu-se claramente a reafirmação de um Estado que preza pela defesa e a garantia dos direitos humanos e combate às diversas formas de discriminação, além disso, ações e medidas que para a ampliação da

cidadania LGBTQIAP+, em eixos como segurança, cultura, saúde, educação e trabalho.

Nesse aspecto, é importante reafirmar que, no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, enfatiza-se que a Educação é um direito de todos e dever do Estado, promovendo o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparado para o exercício da cidadania.

Na mesma Constituição, através do inciso I do artigo 206, garante que o ensino será ministrado a partir do princípio de igualdade de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). No entanto, não é o que acontece na prática, como informam as poucas pesquisas realizadas na última década no Brasil sobre o tema da presença e permanência de pessoas trans em ambiente escolar (Pedra, 2020).

Mesmo que pessoas trans consigam acessar as escolas, permanecer nelas se torna um desafio que lhes é negado, a partir do momento que expressam sua identidade (de gênero).

METODOLOGIA

Este trabalho se enquadra numa pesquisa qualitativa com estudo de caso. A pesquisa ocorreu com os alunos e alunas trans, em contexto escolar do Ensino Médio na cidade de Quixadá, visto que esse grupo, através das suas narrativas, pode reportar como se dá a transfobia no espaço escolar. Inicialmente, realizou-se estudo bibliográfico, fundamentando-se em autores como Bento (2006), Butler (2017), Botoline (2008) e Brasil (1997). Após essa apropriação, houve o levantamento de dados – através de documentos fornecidos pela secretaria escolar, no período Janeiro de 2022 até agosto de 2022. Por fim, promovemos palestras para sensibilizar a comunidade escolar quanto à realidade apresentada e à adoção de uma postura crítica sobre a influência do discurso transfóbicos no espaço escolar e a criação de um espaço escolar democrático com respeito às diferenças.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da aplicação da entrevista semiestruturada realizada com alunos e alunas que expressam e reafirmar sua identidade de gênero, iremos identificar as suas narrativas através de A1, A2, A3 e A4, evitando, assim, sua exposição direta.

Segundo Louro (1997, p. 60), “[...] a escola é parte importante de um processo social e cultural de práticas instituídas, aprendidas e interiorizadas e arbitrariamente tomadas como “naturais”. Nesse aspecto, o(a) participante A1 da pesquisa discorre sobre o fato de não ter a garantia real do seu nome social.

Meu nome social é um direito, porém, o fato de ser menor de idade implica autorização da minha família e muitos não reconhecem o meu direito. A1.

Para Pedra (2006), o processo de socialização tem início na família com o nascimento, e a escola é um dos espaços de convívio social em que esse processo de socialização continua. Não por acaso, esses espaços propiciam a manutenção da cisgeneridade e do heterocentrismo simultaneamente, com momentos de discriminação, obviamente também a pessoas trans.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de debate dentro do espaço escolar sobre temas voltados para sexualidade, gênero, transfobia e violência de gênero, que deveria fazer parte do cotidiano da escola, porém, nota-se, timidamente, em datas como dia internacional da mulher e dia internacional da população LGBTQIAP+.

Sinto falta de estudar um tema que seja voltado para o meu reconhecimento enquanto mulher trans, não vejo um interesse real para ser discutido e debatido. A3.

Os conteúdos presentes nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, principalmente no volume que trata das questões de gênero e sexualidade (BRASIL, 1997), dizem o contrário, que deveriam ser inseridos no planejamento de todas as disciplinas.

Corinta Geraldi (1994), sobre o desenvolvimento concreto do currículo nas situações cotidianas formais e informais, dentro e fora da sala de aula, que define como currículo em ação aquilo que “ocorre de fato nas situações típicas e contraditórias vividas pelas escolas, com suas implicações e compreensões

subjacentes, e não o que era desejável que ocorresse e/ou o que era institucionalmente prescrito” (1994, p. 117).

Um dos reflexos nesse aspecto é a evasão escolar, que segundo Bohm (2009), chega a ser de 35% quando se considera apenas o público de alunos e alunas trans no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre um trabalho que faça uma abordagem sobre a permanência de alunos e alunas trans, no espaço escolar, dá-se pela necessidade e relevância de estudos e os seus impactos na educação, visto que a Instituição Escolar deve promover formas de promoção às políticas públicas inclusivas associadas à equidade e ao respeito às diferenças, conforme preconizado através dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e na Constituição Federal de 1988.

Desse modo, no contexto escolar da Escola de Ensino Médio Abraão Baquit, possibilitando a fomentação do senso crítico, a formação pautada nos princípios dos Direitos Humanos e nas reflexões e (re)formação de ideias e atitudes sobre discursos transfóbicos e a sua reprodução, promovendo, assim, uma escola inclusiva e pautada nos princípios democráticos da equidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, Orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. V.10. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2011. Brasília: 2012. 138 p. Disponível em: . Acesso em: 05 de Agos. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. 2º Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. Brasília: 2013. 101 p. Disponível em: . Acesso em: 05 de Setem. 2020.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Resolução Nº12, de 16 de janeiro de 2015. Brasília: 2015. 2 p. Disponível em: . Acesso em: 08 de Agos. 2022

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: <https://www.ohchr.org/documents/issues/nhra/programmanacionaldireitoshumanos2010.pdf>. Acesso em: 08 Agos. 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

GERALDI, Corinta Maria Grisola. Currículo em ação: buscando a compreensão do cotidiano da escola básica. Pro-posições, Campinas, v. 5, n. 3 [15], p.111-132, Nov. 1994.

PEDRA, Benevides Caio. Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

SOUZA, José Antonio Corrêa de. A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.